



**RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2008
PROCESSO Nº 1054/2008**

Razão Social: _____

CNPJ Nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____

Telefone: _____ Fax: _____

Celular: _____

Contato: _____

Recebemos através do acesso à página www.trt16.gov.br, nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, de _____ de 2008.

Assinatura

Senhor(a) Licitante,

Objetivando comunicação futura entre o Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região e essa empresa, solicitamos a V. Sa. o preenchimento e remessa do recibo de entrega do Edital supra ao Serviço de Licitação por meio do fax (98) 2109-9421 e/ou e-mail: cpl@trt16.gov.br.

O não encaminhamento do recibo exime o Pregoeiro e Equipe de Apoio da comunicação de eventuais retificações no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.



PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2008

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, por seu Pregoeiro designado pela **PORTARIA GP n° 324 de 24 de julho de 2008**, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n° 1054/2008 torna público que realizará licitação sob a modalidade de PREGÃO, do tipo **menor preço** regido pelas disposições contidas na Lei n° 10.520 de 17.07.2002, regulamentada pelo Decreto n° 3.555, de 08.08.2000, alterado pelo Decreto n° 3.693, de 20.12.2000 e, subsidiariamente pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pela Lei Complementar n° 123 de 14 de dezembro de 2006 e o Decreto N° 6.204/2007 e pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n° 8.078 de 11.09.90, bem como pelas disposições contidas no presente Edital e seus Anexos I (**Termo de Referência**), II (**Credenciamento**), III (**Declaração - Habilitação**), IV (**Declaração – Menor**) e V (**Declaração de Microempresa ou empresa de pequeno porte**), VI (**Declaração de Vistoria**) e VII (**Minuta do Contrato**), partes integrantes deste Edital.

O recebimento e abertura dos envelopes lacrados, contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão realizados no dia **30 de dezembro de 2008, às 16 horas (Horário Local)**, no Serviço de Licitações deste Tribunal, situado na Avenida Senador Vitorino Freire N° 2001, 1º andar, Areinha, São Luís-MA.

Não havendo expediente na data marcada para o recebimento dos envelopes de que trata o preâmbulo do presente Edital, fica a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, se outra data ou horário não for designado pelo Pregoeiro.

Só serão recebidos envelopes opacos e lacrados contendo em suas partes externas e frontais os seguintes dizeres:

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 16ª REGIÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2008
PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE N° 01**

**RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 16ª REGIÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 28/2008
DOCUMENTAÇÃO – ENVELOPE N° 02**

1 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

1.1 - Poderão participar deste PREGÃO as empresas que:

1.1.1 - Não se encontrem com pedido de falência, concurso de credores, processo de insolvência, dissolução ou liquidação;

1.1.2 - Não tenham sido declaradas inidôneas por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, por meio de ato publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, sem que tenha sido promovida a reabilitação perante o órgão que aplicou a penalidade; ou punidas



com suspensão pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, enquanto perdurar a suspensão;

1.1.3 - Não estejam reunidas em consórcio e não sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que sejam sua forma de constituição e empresas estrangeiras não autorizadas a funcionarem no País.

1.1.4 – Não tenham como empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRT da 16ª Região. (Resolução nº 09 do Conselho Nacional de Justiça)

2 - DO OBJETO

2.1 – A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa de prestação de serviços de revisão e manutenção do sistema preventivo de segurança contra incêndio com fornecimento de todo o material necessário, conforme quantitativos e especificações constantes no **Anexo I (Termo de Referência)**, parte integrante deste Edital.

2.2 – Os quantitativos especificados no Termo de Referência poderão ser alterados, dentro dos limites previstos no art. 65 § 1º da Lei 8.666/93;

2.2.1 – A supressão de que trata o subitem anterior poderá exceder os limites previstos, mediante acordo entre os contratantes.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 – Para efeito de formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão cada empresa participante deverá credenciar um representante a ser habilitado da forma seguinte:

3.1.1 – Apresentação de procuração ou carta dirigida ao Pregoeiro na qual conste expressamente o poder do outorgado ou credenciado para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recursos; enfim, para praticar todos os atos em nome da licitante (**Anexo II**);

3.1.2 - No caso de titular, diretor ou sócio da empresa, apresentação de documento que comprove sua capacidade para representá-la;

3.1.3 – Em ambos os casos citados (3.1.1 e 3.1.2) deverá ser apresentada ainda documento de identidade ou qualquer outro documento legal que possibilite a identificação do outorgado, preposto ou titular da empresa;

3.2 - É vedado a uma só pessoa representar mais de uma licitante;

3.3 - O documento que credencia o representante **e a declaração** de que cumprem os requisitos de habilitação – **Anexo III** (item 4.3) deverão ser **ENTREGUES SEPARADAMENTE** dos envelopes "Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação";



3.4 – Na ausência da declaração de habilitação mencionada no item 3.3, o representante ou credenciado poderá preenchê-la no momento da abertura da sessão;

3.5 – O não-credenciamento do representante impedirá que qualquer pessoa presente se manifeste e responda pela licitante.

4 – PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte beneficiária do tratamento diferenciado e favorecido regulamentado pela Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar declaração, nos termos do **Anexo V** ou outro documento que comprove ser a mesma microempresa ou empresa de pequeno porte, **no momento do credenciamento.**

4.1.1 – A não apresentação da declaração ou outro documento probatório da situação de microempresa ou empresa de pequeno porte no momento do credenciamento implicará preclusão ao exercício do direito de preferência.

4.2 – A falsidade da declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar 123/2006 caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outros crimes previstos em leis e das sanções previstas neste Edital.

4.3 – A declaração ou documento comprobatório acima mencionado deverá ser apresentado separado dos envelopes de documentação e de proposta de preços.

5 - DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1 - A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos de habilitação das licitantes, será pública, dirigida pelo Pregoeiro e realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste edital;

5.2 - No dia, local e hora marcados no preâmbulo deste Edital, antes do início da sessão, a interessada ou seu representante legal deverá proceder ao respectivo credenciamento, conforme estabelecido no item 3, nos termos do inciso IV, do Artigo nº 11, do Decreto nº 3.555, publicado no D.O.U. de 08 de agosto de 2000;

5.3 - Declarada a abertura da Sessão pelo Pregoeiro, após a fase de credenciamento, as interessadas ou seus representantes (pessoa física ou jurídica) **apresentarão declaração, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação – Anexo III, declaração de ser ME ou EPP, se for o caso,** e entregarão os envelopes, contendo, em separado, as Propostas de Preços e Documentos de Habilitação;



5.4 - Serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços, procedendo-se à verificação da conformidade destas com os requisitos estabelecidos neste Edital e posterior rubrica das folhas;

5.5 - Caso o envelope com a indicação externa “PROPOSTA DE PREÇO” **não possua** o conteúdo exigível neste procedimento licitatório, o Pregoeiro determinará a abertura do envelope “HABILITAÇÃO”, cujo conteúdo deverá ser a proposta, para prosseguimento do certame;

5.6 - Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. - A proposta de preços deverá ser impressa no idioma nacional, **em 02 (duas) vias (preferencialmente)**, datada, devendo suas folhas estar rubricadas e a última assinada pelo seu proponente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, menção a este procedimento licitatório (**Pregão Presencial nº 28/2008**), contendo o seguinte:

6.1.1 – Valores unitários e totais em algarismo e por extenso, em moeda nacional;

6.2 – A licitante deverá cotar quantidades demandadas, conforme disposto no **anexo I (Termo de Referência)** deste edital, não sendo aceitos quantitativos diferentes;

6.3 – A indicação do prazo de execução dos serviços, não superior a 15 (quinze) **dias** consecutivos após o recebimento da Nota de Empenho;

6.4 – O **prazo de validade da proposta que** deverá ser de no **mínimo 60 (sessenta) dias consecutivos**.

6.5 - As propostas que omitirem ou indicarem prazo de entrega do material e o de validade da proposta inferior ao mínimo permitido serão entendidos como válidas pelo período aqui estabelecido;

6.6 - Não será considerada qualquer oferta de vantagem, nem preço ou vantagem baseada em ofertas dos demais licitantes, preços simbólicos ou pagamento antecipado;

6.7 - No valor da proposta deverão estar inclusos os preços dos serviços, materiais, tributos, contribuições sociais e previdenciárias, fretes, estivas e quaisquer outras despesas necessárias à entrega dos produtos, objeto da presente licitação;

6.8 - Para maior celeridade processual, solicita-se que a empresa faça constar em sua proposta comercial à indicação bancária (banco, agência e número da conta corrente), os números telefônicos, fac-símile, e-mail e o nome da pessoa para contato.

6.9 – Nos valores propostos considerar-se-á apenas os numerais correspondentes às duas primeiras casas decimais que se seguirem à vírgula, sem qualquer tipo de arredondamento;



6.10 - Serão corrigidos, automaticamente pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, quaisquer erros de soma e/ou multiplicação detectados no julgamento das propostas, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total quando prevalecerá sempre o primeiro.

7- DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 - Para se habilitarem à presente licitação, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos, sob pena de inabilitação:

7.1.1 – Declaração da empresa, de acordo com o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de que na empresa há proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos (Anexo IV).

7.1.2 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.2.1 - Ato constitutivo: estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou Registro Comercial, se empresa individual, ou inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova de diretoria em exercício, em se tratando de sociedade civil, devendo, em todos os casos acima, constar dentre os objetivos sociais a execução de atividades da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação;

a) os documentos, aqui exigidos, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou de documento consolidado, devidamente registrados na Junta Comercial ou em órgão equivalente, se for o caso.

7.1.3 - REGULARIDADE FISCAL

7.1.3.1 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal referente aos tributos federais, neles abrangidas as contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Federal, relativa ao domicílio ou sede da licitante;

7.1.3.2 - Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, mediante certidão da Dívida Ativa da União;

7.1.3.3 - Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), expedida pelo INSS;

7.1.3.4 - Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.1.3.5 – Havendo alguma restrição na documentação fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será concedido **prazo de 2 (dois) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a requerimento do interessado e a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e



emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (**art. 43, § 1º, da LC 123/2006**);

7.1.3.6 – O pedido de prorrogação deverá ser protocolado dentro dos dois dias úteis inicialmente concedidos, sob pena de intempestividade.

7.1.3.7 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 7.1.3.5, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação (**art. 43, § 2º, da LC 123/2006**);

7.1.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.1.4.1 – Certificado de Credenciamento em nome da licitante emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, que comprove a habilitação da proponente para a execução do objeto deste pregão, conforme Lei Estadual nº 6.546, de 22/12/95 (Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico).

7.1.4.2 - Indicação pela licitante de profissional de nível superior da área de Engenharia Civil, devidamente registrados no CREA, que atuará como responsável técnico pela execução do objeto deste pregão.

7.1.4.2.1 - O engenheiro civil indicado pela licitante deverá atuar na execução do objeto desta licitação, somente admitindo-se a substituição por outro profissional, desde que aprovada pela Administração deste Regional;

7.1.4.3 – 01 (um) ou mais atestado (Certidão de Acervo Técnico), devidamente registrado ou averbado(s) na entidade profissional competente, do profissional que atuará como responsável técnico que comprove ter executado projetos de características semelhantes considerando de **maior relevância técnica**, objeto desta licitação: **SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)**.

7.1.4.4 – Declaração da empresa que vistoriou o local onde serão executados os serviços e de que tomou pleno conhecimento de todas as condições existentes para o cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação, **devidamente assinada pelo responsável técnico da licitante e servidor do Setor de Segurança e Portaria deste Tribunal**, conforme **ANEXO VI** deste Edital.

7.1.4.5 - A empresa vencedora deverá fornecer ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) emitido pelo CREA-MA, referente à execução dos serviços discriminados no Termo de Referência.

7.1.4.6 – Caso haja alteração contratual por aditamento de serviços, a empresa fica obrigada a registrar ART complementar, vinculada a ART original.

7.2 - O Pregoeiro poderá solicitar o original de quaisquer documentos sempre que houver dúvida e julgar necessário;



7.3 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos relacionados neste edital nem aqueles apresentados através de fax;

7.4 – Para licitantes cadastradas no SICAF, a comprovação da habilitação parcial dar-se-á através de consulta “on line” ao sistema, no momento da abertura do envelope de documentação da licitante vencedora. O atendimento a este item dispensará a licitante de apresentar os documentos relacionados à habilitação jurídica, regularidade fiscal **devendo, entretanto, apresentar a declaração do menor (Anexo IV) e os documentos relativos à Habilitação Técnica**. Será assegurado à cadastrada o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão, caso esteja com algum documento vencido no SICAF.

7.5 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante com o número do CNPJ e, preferencialmente com o endereço respectivo:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados deverão estar datados dos últimos 90 (**noventa) dias** até a data de abertura do **envelope nº 02** quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão competente expedidor;

7.6.1 - Não se enquadram no prazo de que tratam este subitem os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade;

7.7 – Para efeito do disposto nos incisos XV e XXII do art. 11 do regulamento do Pregão, os envelopes contendo a documentação dos licitantes classificados para etapa de lances ficarão em poder da Administração até a aceitação ou recebimento da Nota de Empenho; os demais envelopes de habilitação serão devolvidos.

7.8 - Após a data a que se refere o item anterior, os interessados poderão solicitar a devolução dos envelopes contendo a documentação.

7.9 - No momento da abertura dos envelopes de documentos, os mesmos deverão ser apresentados:

- a) Em original ou
- b) Fotocópias autenticadas por cartório competente ou fotocópias simples autenticadas por servidor ou ainda,
- c) Publicação em órgão da imprensa oficial.

7.10 – A autenticação, quando feita por servidor será efetuada no Serviço de Licitações, cujo endereço consta no preâmbulo deste edital, nos dias úteis, no horário de 8 às 17:00 horas ou na reunião para o recebimento dos envelopes;



8 - DA SESSÃO

8.1 – Após a verificação da conformidade das propostas apresentadas com os requisitos exigidos neste Edital serão convocados pelo Pregoeiro, os proponentes que apresentarem propostas de **menor preço global** e as propostas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquele;

8.1.1 – Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços definidos no item anterior, serão convocadas pelo pregoeiro as 03 (três) melhores ofertas, conforme disposto no art. 11, incisos VI e VII, do Regulamento da Licitação na Modalidade Pregão;

8.2 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes em relação ao menor preço ofertado;

8.3 - O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

8.4 – O Pregoeiro poderá fixar intervalo monetário para os lances;

8.5 – No caso de absoluta igualdade de preços entre duas ou mais propostas de preços escritas, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

8.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço por ele apresentado para efeito de ordenação das propostas;

8.7 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação;

8.8 - Para efeito de ordenação das propostas serão considerados os preços finais globais resultantes dos valores cotados;

8.9 – Após a fase de lances e da negociação, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.9.1 – a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, **no prazo de 5 (cinco) minutos** após a convocação, sob pena de preclusão, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

8.9.2 – não havendo nova proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem 8.9, serão convocadas



as microempresa ou empresa de pequeno porte remanescente que porventura se enquadrem na condição do item 8.9, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.9.3 – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem nos intervalos estabelecidos no item 8.9, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.9.4 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9.5 - o Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.10 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

8.11 - Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **menor preço global**, observadas as exigências estabelecidas no Edital;

8.12 - Serão consideradas desclassificadas as propostas:

8.12.1 – Elaboradas em desacordo com os termos deste edital e seus anexos ou que sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos que dificultem o julgamento;

8.12.2 - Que ofertarem preços irrisórios, manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os valores de mercado;

8.13 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado para confirmação das suas condições habilitatórias;

8.14 - Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e seus anexos, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

8.15 - Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor sendo-lhe adjudicado o objeto do certame;

8.16 - Nas situações previstas nos itens 8.7, 8.10 e 8.15, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

8.17 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no **item 14** (Das Penalidades) deste Edital;



8.18 - Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos eventuais recursos interpostos e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes.

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 - Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão;

9.2 - Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de **vinte e quatro horas**;

9.3 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10 - DOS RECURSOS

10.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer quando lhe será concedido o prazo de **03 (três) dias consecutivos** para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos autos;

10.1.1 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e na adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor. Os recursos imotivados ou insubsistentes serão rejeitados;

10.1.2 - Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão;

10.2 - O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo;

10.3 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.4 - Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração do Diretor-Geral do TRT da 16ª Região, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento;

10.5 - Os memoriais dos recursos e contra-razões deverão ser apresentados no Serviço de Licitações do TRT da 16ª Região – Avenida Vitorino Freire 2001, 1º andar, Areinha, das 8:00 às 17:00 horas;

10.6 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo local indicado no item 10.5;



10.7 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

11 – DA HOMOLOGAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – Homologado o resultado da presente licitação pela autoridade competente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, as obrigações daí decorrentes constarão de Nota de empenho, emitida pelo Serviço de Orçamento e Finanças, que será entregue à adjudicatária dentro do prazo de validade da proposta.

1.2 - As despesas para a execução do objeto desta licitação correrão por da Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (000708) no Elemento de Despesa 3.3.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

12 – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1 - A adjudicatária deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo estipulado em sua proposta, **não devendo ser superior** a três dias úteis a partir do recebimento da nota de empenho.

12.2 – A Contratada que não puder cumprir os prazos estipulados para a entrega total ou parcial do serviço, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes e por fatos ou atos de terceiros, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

12.2.1 - A solicitação de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega do serviço, deverá ser encaminhada ao Diretor-Geral, até o vencimento do prazo de entrega inicialmente estabelecido, ficando a critério do TRT da 16ª Região a sua aceitação.

13 DO PAGAMENTO

13.1 - O pagamento será efetuado, após o recebimento definitivo dos serviços, **até o 10º (décimo) dia útil**, a contar da protocolização da nota fiscal/fatura ou documento equivalente, na Diretoria de Cadastramento Processual, situada no térreo do edifício-sede deste Regional.

13.2 – A Nota Fiscal/Fatura será atestada por Servidor da Diretoria de Serviços Gerais deste Tribunal.

13.3 - A nota fiscal/fatura ou documento equivalente não aprovada pelo TRT será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo estabelecido no subitem 13.1.

13.4 – Sobre o valor total da fatura será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições da União Federal, conforme estabelecido na **Instrução Normativa SRF nº 480/2004, se for o caso**;

13.5 – A retenção dos tributos a que se refere o item anterior não será efetivada caso a contratada apresente junto com a Nota Fiscal a comprovação de



que a mesma é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Micros Empresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES;

13.6 – Para que seja procedido o pagamento é necessário que a contratada apresente situação regular em relação ao INSS (CND) FGTS (CRS) e Fazenda Federal, através da certidão conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

14 - DAS PENALIDADES

14.1 – Se o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato ou recusar-se a receber a Nota de Empenho, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto nos incisos XV, XVI e XXIII do Art. 11 - Decreto 3.555/2000;

14.1.1- Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, os autos retornarão ao Pregoeiro para convocação do licitante remanescente para exame da documentação de habilitação e, se for o caso, negociação do preço;

14.2 – Ficará **impedida de licitar e de contratar** com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, **pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, garantido o **direito prévio da citação e da ampla defesa**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade a **licitante** que:

- Pregão;**
- a) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
 - b) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste
 - c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
 - d) Falhar ou fraudar na execução do objeto;
 - e) Comportar-se de modo inidôneo;
 - f) Fizer declaração falsa;
 - g) Cometer fraude fiscal;

14.2.1- Pelos motivos que se seguem, **principalmente**, o **licitante vencedor** estará sujeito à penalidade constante do item anterior:

a)- Pela não apresentação de situação regular no ato do recebimento da Nota de Empenho;

b) - Pela recusa injustificada em receber a Nota de Empenho;

c) – Por não fornecer o objeto, caracterizando-se a falta se o fornecimento não se efetivar dentro do prazo estabelecido na proposta;

d) - Pelo fornecimento do objeto que não atenda à especificação exigida;

14.3 – Pelo atraso na entrega do objeto deste certame, garantida a ampla defesa, aplicar-se-ão ao contratado as seguintes sanções:



- a) Advertência
- b) Multa administrativa, no percentual de 1,0% (um por cento) por dia de atraso, a partir do 1º dia útil da data fixada para a entrega do objeto deste certame até o percentual máximo de 10% (dez por cento).
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com este Tribunal, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

14.3.1 - A sanção de multa poderá ser aplicada à Contratada conjuntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração deste Tribunal, declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

14.3.2 - O valor da multa será descontado do pagamento devido à CONTRATADA.

14.3.3 - Inexistindo pagamento a ser efetuado, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres da União, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da correspondência, o valor correspondente à multa aplicada, devendo apresentar ao CONTRATANTE cópia autenticada do respectivo comprovante. Caso o recolhimento não seja efetuado, o valor correspondente à multa aplicada será cobrado judicialmente.

15- DO CONTRATO

15.1 - A Administração do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 05 (**cinco**) dias úteis, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 14.

15.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.3 - O contrato poderá ser rescindido, de conformidade com o disposto nos art. 77 a 79 da Lei nº 8.666/93.

15.4 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e ampla defesa.

16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



16.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o Procedimento Licitatório será submetido ao Diretor-Geral para homologação.

16.2 - A critério do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região a presente licitação poderá ser:

16.2.1 - Revogada, a juízo da Administração, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

16.2.2 - Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

16.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente procedimento licitatório.

16.4 – Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Diretoria Geral deste TRT poderá, a seu juízo, fixar às participantes o prazo de **08 (oito) dias úteis** para apresentação de nova documentação ou de outras propostas, escoimadas das causas de sua inabilitação ou desclassificação.

16.5 - As decisões do Pregoeiro somente serão consideradas definitivas após homologação pela autoridade competente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

16.6 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

16.7 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

16.8 - Fica entendido que o presente Edital, seus anexos e toda documentação da licitação são complementares entre si, de modo que quaisquer detalhes que se mencionem em um documento e se omitam em outro serão considerados especificados e válidos.

16.9 - Outras informações sobre a presente licitação e quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro, no Serviço de Licitação do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região – Avenida Senador Vitorino Freire 2001, 1º andar, Areinha, telefones (98) 2109-9378 ou 2109-9421(fax), nos dias úteis, no horário das 8 às 17 horas ou via e-mail através do endereço eletrônico cpl@trt16.gov.br.

16.10 - O presente edital estará disponibilizado no site, www.trt16.gov.br, do Tribunal Regional do Regional do Trabalho da 16ª Região.

São Luís, 15 de dezembro de 2008.



Raimundo Nonato Monteiro Filho
Pregoeiro do TRT da 16ª Região

Maria Lídia Borges de Sousa
Equipe de Apoio

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE FIRMA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL.

OBJETIVO

O presente Termo de Referência tem por finalidade a contratação de empresa especializada em Manutenção do Sistema de Proteção Contra Incêndio do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, com fornecimento de material e serviço,

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

Faz-se necessário a manutenção para garantir o perfeito funcionamento aumentando além da segurança sua vida útil.

FUNDAMENTO LEGAL

A aquisição a que se refere este Termo de Referência obedecerá ao disposto na Lei nº. 8666 de 21, de junho de 1993 – que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos pertinentes a obras, serviços (inclusive de publicidade), compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, Lei 10.520/2002, Decreto Federal n. 3555/2000 e Decreto Federal n. 5450/2005. Lei 8078

DA ESTIMATIVA GLOBAL DE PREÇOS DE MATERIAIS E SERVIÇOS:

O valor global dos materiais e serviços, cotado no mercado local, está estimado aproximadamente em R\$ (46.918,00)quarenta e seis mil novecentos e dezoito reais.

PLACAS SINALIZAÇÃO DE SEGURANÇA					
ITEM	DESCRIÇÕES DOS MATERIAIS	UNID	QTD	VALOR	VALOR



				UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
01	Placas de extintor de incêndio 1 - adesivo fotoluminescente ou placas de acrílico, com simbologia na cor vermelha e fundo branco. 2 - dimensão 18cm por 18cm, com a inscrição "CO2".	unid	20	60,00	1.200,00
02	Placas de extintor de incêndio 1 - adesivo fotoluminescente ou placas de acrílico, com simbologia na cor vermelha e fundo branco. 2 - dimensão 18cm por 18cm, com a inscrição "PQS".	unid	10	60,00	600,00
03	Placas de extintor de incêndio 1 - adesivo fotoluminescente ou placas de acrílico, com simbologia na cor vermelha e fundo branco. 2 - dimensão 18cm por 18, com a inscrição "AP".	unid	03	60,00	180,00
04	Indicação de saída de emergência 1 - placas em acrílico com letras e seta de sinalização com simbologia na cor vermelha fosforescente e fundo branco. 2 - Dimensões mínimas de 25cm por 18cm e letras com traços de 1cm em moldura de 4 cm por 9cm.	unid	16	60,00	960,00
05	Indicação de caixa de incêndio 1 - adesivo fotoluminescente ou placas de acrílico, com simbologia na cor vermelha e fundo branco. 2 - Dimensão: 18cm por 18cm.	unid	16	60,00	960,00
06	Indicação em Caso de Incêndio Utilize as Escadas. 1 - placas em acrílico com letras e seta de sinalização com simbologia na cor vermelha fosforescente e fundo branco. 2 - dimensões mínimas de 25cm por 18cm e letras com traços de 1cm em moldura de 4cm por 9cm.	unid	14	60,00	840,00
07	Indicação de alarme sonoro 1 - adesivo fotoluminescente ou placas de acrílico, com simbologia na cor vermelha e fundo branco. 2 - Dimensão: 18cm por 18cm.	unid	06	60,00	360,00
08	Indicação do numero de pavimento 1 - Placas em acrílico com letras e seta de sinalização com simbologia na cor vermelha fosforescente e fundo branco. 2 - Dimensões mínimas de 25cm por 18cm e letras com traços de 1cm em moldura de 4cm por 9cm.	unid	16	60,00	960,00
09	Indicação dos Sistemas de Proteção Contra Incêndio(CASA DE BOMBA). 1 - Placas em acrílico com letras fosforescente vermelha com fundo branco. 2 - Dimensões: 100cm por 100cm.	unid	01	60,00	60,00
		unid			
TOTAL					



MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS PREVENTIVOS:					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QTD	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	1º - Revisão Geral do Conjunto de Bomba Incêndio:				
	a) Troca do Tambor de Pressão com o Manômetro.		01	900,00	900,00
	b) Troca do Pressostato		01	900,00	900,00
	c) Troca do Quadro de comando (sistema novo).		01		
	d) Revisão do Conjunto de Bomba (com pintura).		01	4.500,00	4.500,00
	e) Recuperar porta e pintura em geral da casa de bomba.		01	350,00	350,00
02	1º - Trocar a tampa do Hidrante de passagem 2 – Trocar do Registro do Hidrante de passeio com adaptador.		01	200,00	200,00
			01	300,00	300,00
03	1º - Trocar a tampa da Caixa D'água do ed. Sede. 2 – Trocar a tampa da caixa d'água do anexo "b".		01	450,00	450,00
			01	450,00	450,00
04	Apresentar ART do sistema de pára-raio e do sistema contra incêndio.			250,00	250,00
02	2º - Recuperar o Sistema de Hidrantes.	unid			
	a) Teste hidrostático das mangueiras.		38	50,00	1.900,00
	b) Reparo das caixas de incêndios.		19	52,00	988,00
	c) Comprar chaves estoze das caixas de incêndios.		18	85,00	1.530,00
03	3º - Revisão nas Portas Corta Fogo.	unid			
	a) Trocar todas as dobradiças.		90	90,00	8.100,00
	b) Reforço na Pintura das portas(retoque).		30	50,00	1.500,00
	c) Substituir 01 abrigo de mangueira, 60cm por 90cm por 17cm.		01	290,00	290,00
	d) Comprar 02 mangueiras de 1.5 por 15 metros.		02	270,00	540,00
04	4º - Revisão do Sistema de Pára-raios.	Unid	01	5.000,00	5.000,00
	a) Trocar a torre completa com cabeamento(ed.sede).				
	b) Troca do sistema de pára-raios do anexo (B).		01	5.000,00	5.000,00



	26. Tampa removível e tela de inseto para fácil remoção 27. Alarme embutido 28. Máxima tensão de Ripple: 4Vpp 29. Compatível com qualquer sistema de alarme convencional 30. Peso até 100g 31. Garantia de 03 anos 32. Aprovação do UL, ULC, FM, BSA e CSFM.				
	Valor Global Total				46.918,00

DO LOCAL DE ENTREGA

A entrega do material e a realização dos serviços serão efetuadas no prédio sede deste Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região, sito na Avenida Senador Vitorino Freire, nº. 2001 – Areinha.

DO PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

O prazo de entrega e instalação dos equipamentos não poderá ser superior a 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

Serão recebidos da seguinte forma:

- Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade do objeto entregue com o especificado na licitação;
- Definitivamente no prazo máximo de **15(quinze) dias** após a verificação da qualidade, quantidade, funcionamento e conseqüente aprovação.

PRAZO DE GARANTIA

Prazo de garantia não inferior a 90 (dias), para o serviço e 12 meses no mínimo para os equipamentos contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado no Termo de Referência;
- atestar a efetiva realização dos serviços, através do Setor de Portaria e Segurança.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se à:

- fornecer e instalar equipamentos novos;
- executar os serviços objeto deste Termo no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis a contar no recebimento da Nota de Empenho, na forma especificada neste Termo de Referência;



3. responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao TRT ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita;
4. responder por todos os ônus com encargos sociais, previdenciários e trabalhistas decorrentes dos serviços objeto deste Termo de Referência;
5. dar garantia de 90(noventa) dias nos serviços, a contar do recebimento definitivo pelo Setor de Portaria e Segurança;
6. executar os serviços respeitando o preconizado pelas Normas Técnicas vigentes;
7. obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à contratada, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e o ônus decorrentes de sua má aplicação;
8. reparar corrigir, remover, reconstituir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, os defeitos ou incorreções resultantes da má qualidade da execução dos serviços e ou fornecimento de peças;
9. cumprir todas as medidas de segurança exigidas para a execução dos serviços, conforme legislação em vigor;

PRAZO PARA PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, mediante depósito na conta bancária indicada pela contratada, após recebimento definitivo dos serviços, até o 10º(décimo) dia útil, a contar da protocolização da nota fiscal/fatura ou documento equivalente, devidamente atestada pelo Setor de Portaria e Segurança. A protocolização da nota fiscal/fatura será feita na Diretoria de Cadastramento Processual, situada no térreo do edifício-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região.

A Contratada deverá apresentar atualizado, para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1. Certidão Negativa de Débitos para com o INSS(CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195, parágrafo 3º;
2. Certificado de Regularidade do FGTS(CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;
3. Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal;
4. Certidão quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Ministério da Fazenda.

Luiz Gonzaga de Sousa
Chefe do Setor de Portaria e Segurança
TRT 16ª Região

ANEXO II

CREDENCIAMENTO

A _____ Empresa
_____, CNPJ _____, através do
presente instrumento, credencia o Sr. _____, portador da cédula de
identidade nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Tribunal
Regional do Trabalho da 16ª Região, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 28/2008,



na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa, podendo formular propostas, dar lances, impetrar ou desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

São Luís, ____ de _____ de 2008.

Diretor ou outro signatário com capacidade para delegar poderes ou a pessoa física outorgante

Observação: - emitir em papel que identifique a empresa

ANEXO III

DECLARAÇÃO - HABILITAÇÃO

Declaramos, para os fins de atendimento a Lei 10.520, de 17.07.2002, que estamos ciente e cumprimos plenamente os requisitos de habilitação pertinentes a este Pregão Presencial nº 28/2008

São Luís, ____ de _____ de 2008.

Assinatura

ANEXO IV DECLARAÇÃO - MENOR

Pregão Presencial nº 28/2008

A _____ (nome da empresa), inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **Declara**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº _____



8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. ()

São Luís, ____ de _____ de 2008.

Assinatura

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Observação: - emitir em papel que identifique a empresa

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2008

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **Declara**, para fins legais ser microempresa/empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente.

São Luís, ____ de _____ de 2008.

Representante legal

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE VISTORIA Pregão Presencial nº 28/2008

Declaro que no dia ____/____/ 2008 a empresa _____ visitou as instalações físicas do prédio/sede do Tribunal do Trabalho da 16ª Região e co-



nheceu todas as implicações técnicas para executar os serviços objeto do certame em epígrafe.

São Luís, _____ de _____ de 2008.

Representante da Empresa Participante

SeTor de Portaria e Segurança do TRT 16ª Região
(Agendamento: Fone 2109-9354/9355)

ANEXO VII MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº /2008
PA Nº 1054/2008

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PREVENTIVO DE SEGURANÇA QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABA- LHO DA 16ª REGIÃO E A EMPRESA .

Pelo presente instrumento particular, o **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**, com sede na Avenida Senador Vitorino Freire, 2001, Areinha, nesta cidade, CNPJ nº 23.608.631/0001-93, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmo. Desembargador Presidente, **GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO** e, de outro lado, a empresa , inscrita sob o CNPJ n.º , com sede na , nesta cidade, doravante denominada **CONTRATADA**, aqui representada pelo Sr. , CPF n.º , RG n.º , SSP , conforme o constante nos autos do PA – 1054/2008, e no Pregão Presencial n.º. 28/2008, ajustam entre si este Contrato, com fundamento na Lei n.º 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto n.º 3.555/2000, alterado pelo Decreto n.º. 3.693/2000, e subsidiariamente pela Lei n.º. 8.666/93 e suas alterações, pela Lei Complementar n.º. 123/2006 DE 14.12.2006 e Decreto n.º. 6.204/2007 e pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei n.º. 8.078/90, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



O presente contrato tem por objeto à contratação de empresa de prestação de serviços de revisão e manutenção do sistema preventivo de segurança contra incêndio com fornecimento de todo o material necessário, conforme as especificações e quantitativos constantes no Anexo I (Termo de Referência), parte integrante deste Contrato.

Parágrafo Primeiro: Os quantitativos especificados no Termo de Referência poderão ser alterados, dentro dos limites previstos no art. 65§ 1º da Lei nº. 8.666/93.

Parágrafo Segundo: A supressão de que trata o subitem anterior poderá exceder os limites previstos, mediante acordo entre os contratantes.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

São partes integrantes do presente CONTRATO, independente de sua transcrição:

- a) Edital do Pregão Presencial n.º 28/2008, às fls.;
- b) Termo de Referência de fls.;
- c) Proposta da **CONTRATADA** devidamente assinada e rubricada à fl.
- d) Ata da CPL, às fls.....

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor global do presente contrato é de R\$ nele já incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos, materiais, encargos sociais, trabalhistas, lucros, frete, estivas e quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto de acordo com o quadro demonstrativo abaixo:

+ quadro a ser colocado

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, após o recebimento definitivo dos serviços, até o 10º (décimo) dia útil, a contar da protocolização da nota fiscal/fatura ou documento equivalente, na Diretoria de Cadastramento Processual, situada no térreo do edifício-sede do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Primeiro: A Nota Fiscal/fatura será atestada pela Diretoria de Serviços Gerais do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo: A nota fiscal/fatura ou documento equivalente não aprovada pelo **CONTRATANTE** será devolvida à **CONTRATADA** para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, reiniciando o prazo estabelecido no *caput* do Parágrafo Sexto.



Parágrafo Terceiro: Sobre o valor total da fatura será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições da União Federal, conforme estabelecido na Instrução Normativa SRF nº. 480/2004, se for o caso.

Parágrafo Quarto: : A retenção dos tributos a que se refere ao item anterior não será efetuada caso a **CONTRATADA** apresente junto com a Nota Fiscal a comprovação de que a mesma é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Micros Empresas e Pequeno Porte –SIMPLES.

Parágrafo Quinto: Para que seja procedido o pagamento é necessário que a **CONTRATADA** apresente situação regular em relação ao INSS (CND) FGTS (CRS) a Fazenda Federal, através da certidão conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa para a execução do objeto deste contrato correrão à conta da Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho (000708), Elemento de Despesa 3.3.90.39 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, configurada pelo Empenho nº.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá a duração de meses, contados da data da sua assinatura.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** obriga-se a :

- a) Fornecer e instalar equipamentos novos;
- b) Executar os serviços objeto deste contrato no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da Nota de Empenho, na forma especificada no Termo de Referência;
- c) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão da ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita;
- d) Responder por todos os ônus com encargos sociais, previdenciários e trabalhistas decorrentes dos serviços objeto deste contrato;
- e) Dar garantia de 90 (noventa) dias nos serviços, a contar do recebimento definitivo pelo Setor de Portaria e Segurança;
- f) Executar os serviços respeitando e preconizado pelas Normas Técnicas vigentes;
- g) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes na aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à **CONTRATADA**, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e o ônus decorrentes de sua má aplicação;



- h) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, os defeitos ou incorreções resultantes da má qualidade da execução dos serviços e ou fornecimento de peças;
- i) Cumprir todas as medidas de segurança exigidas para a execução dos serviços, conforme legislação em vigor;

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O **CONTRATANTE** obriga-se a:

- a) efetuar o pagamento dentro do prazo estipulado no Termo de Referência, parte integrante deste contrato;
- b) atestar a efetiva realização dos serviços através do Setor de Portaria e Segurança.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

A entrega do material e a realização dos serviços serão efetuadas no prédio sede do **CONTRATANTE**, situado na Avenida Senador Vitorino Freire, nº. 2001- Areinha.

O prazo de entrega e instalação dos equipamentos não poderá ser superior a 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

Os serviços serão recebidos da seguinte forma:

- a) **provisoriamente**: no ato da entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade do objeto entregue com o especificado na licitação;
- b) **definitivamente**: no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a verificação da qualidade, quantidade, funcionamento e conseqüente aprovação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA GARANTIA

O prazo de garantia não inferior a 90 (noventa) dias, para serviço de 12 (doze) meses no mínimo para os equipamentos contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A fiscalização caberá a incumbência de decidir os casos omissos, relativos às especificações, projeto ou quaisquer documentos a que se referem direta ou indiretamente, relacionados ao projeto em questão.

Parágrafo Primeiro: Todos os serviços serão fiscalizados por servidores do Serviço de Portaria e Segurança do **CONTRATANTE**, doravante denominados FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer em nome do **CONTRATANTE** toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços.



Parágrafo Segundo: À fiscalização compete, entre outras atribuições encaminhar à Diretoria Geral documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à **CONTRATADA**.

Parágrafo Terceiro: A Ação da fiscalização não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo Quarto: Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações será sempre consultada a fiscalização, sendo deste o parecer definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade à **CONTRATADA** que:

- a) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- c) Não manter a proposta injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Fizer declaração falsa;
- g) Cometer fraude fiscal.

Parágrafo Primeiro: Pelos motivos que se seguem, principalmente, a **CONTRATADA** estará sujeito às penalidades tratadas no item anterior.

- a) Pela não apresentação de situação regular no ato do recebimento da Nota de Empenho e assinatura do Contrato;
- b) Pela recusa injustificada em receber Nota de Empenho;
- c) Por não fornecer o objeto, caracterizando-se a falta se o fornecimento não se efetivar dentro do prazo estabelecido na proposta;
- d) Pelo fornecimento do objeto, garantida a ampla defesa, aplicar-se-ão ao **CONTRATADO** as seguintes sanções:

Parágrafo Segundo: Pelo atraso na entrega das provas, bem como na colagem do outdoor, garantida a ampla defesa, aplicar-se-ão as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa, no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, a partir do 1º dia útil da data fixada para a conclusão do serviço de confecção, montagem e colagem de outdoor, até o percentual máximo de 10% (dez por cento), calculados sobre o valor atualizado do Contrato;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com este Tribunal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sem-



- pre que o **CONTRATADO** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item acima.
- e) A sanção de multa poderá ser aplicada à **CONTRATADA** conjuntamente com as de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração deste Tribunal, declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
 - f) O valor da multa será descontado do pagamento devido à **CONTRATADA**.
 - g) Inexistindo pagamento a ser efetuado, o **CONTRATADA** oficiará para que esta recolha aos cofres da União, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da correspondência, o valor correspondente à multa aplicada, devendo apresentar ao **CONTRATANTE** cópia autenticada do respectivo comprovante. Caso o recolhimento não seja efetuado, o valor correspondente à multa aplicada será cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Aplica-se a este instrumento o disposto no artigo 58 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - O presente CONTRATO poderá ser rescindido conforme o disposto no artigo 77 a 80, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Maranhão, como competente para dirimir qualquer questão oriunda do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados firmam as partes o presente Contrato, em duas vias de igual teor e forma para um só efeito, que assinam juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas, a tudo presentes.

São Luís, de de 2009.

GERSON DE OLIVEIRA COSTA FILHO
Desembargador Presidente
TRT 16ª REGIÃO

Diretor da empresa

Testemunhas:

1) _____

2) _____



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO
SERVIÇO DE LICITAÇÃO

PA 1054/2008
Fls.